

NOTAS SOBRE A LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

NOTES ON BRAZILIAN CHILDREN'S LITERATURE

Raphael Guazzelli Valerio*

RESUMO

Pretende-se dar uma breve contribuição às análises sobre literatura infantil brasileira. Desse modo, dividimos nosso texto em duas partes; primeiramente traçaremos um histórico da produção de literatura infantil brasileira, a seguir, uma análise dos discursos sobre a literatura infantil brasileira.

Palavras-chave: Literatura. Literatura infantil. Teoria literária. História da literatura. Pedagogia.

ABSTRACT

Intended to give a brief contribution to the analysis about Brazilian children's literature. Thus divide our text in two shares; first will trace one historical production of Brazilian children's literature, hereafter, a brief of speeches about Brazilian children's literature.

Keywords: Literature. Children's literature. Literary theory. History of literature. Pedagogy.

A literatura infantil brasileira faz sua aparição em território nacional no final dos dezenove. Seguindo Mortatti (2008), gostaríamos de abordar este gênero literário de duas formas: uma, como fenômeno literário, cultural e social; outra, como campo de pesquisa acadêmico e científico. Desse modo, temos um discurso *de* literatura infantil, isto é, as obras produzidas como tal, e um discurso *sobre* a literatura infantil, ou seja, como este objeto estético é visto por críticos, especialistas, etc. Neste caso as coisas se complicam, tendo em vista o público a qual se destina.

Voltaremos a este ponto, o importante a assinalar, por ora, é que não basta que um texto seja escrito como literatura infantil, é preciso que ele funcione como tal, neste processo essencial, portanto, é a formação de um público leitor (CANDIDO, 2011). No caso brasileiro a formação desse público data dos primeiros anos da República, no contexto de formação de uma classe média urbana, classe essa essencial no processo de dissolução da monarquia e implantação do novo regime. Esse grupo social emergente,

* Graduado em História (Frea), mestre em Filosofia (Unesp), doutorando em Educação (Unesp).

formado por profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos e médios empresários, enfim, essa pequena burguesia brasileira reivindicava para si maior liberdade política, melhores oportunidades de negócios e maior acesso à educação. O aparecimento, pois, dos primeiros livros infantis brasileiros incorporam-se a esse processo.

Entre os ideários positivistas dos republicanos encontramos certa concepção de infância, desenvolvida à época, com o fortalecimento das ciências psicológicas, como ser em formação, de modo que, aliado à necessidade de escolarização do povo brasileiro, visto como essencial no bojo do republicanismo nascente, a literatura infantil assume o papel de colaboradora no processo de escolarização das massas. Essa escolarização da literatura infantil, que nos remete aos seus primórdios, de fato nunca a abandonou, apesar dos esforços da crítica, permanece atual, seja do ponto de vista do Estado, ou das editoras, educadores e certos críticos literários, que resistem em incorporar a literatura infantil à tradição da crítica literária.

Ao final dos dezenove a literatura brasileira já estava amadurecida (CANDIDO, 2013). O mesmo, como vimos, não se pode dizer da literatura especificamente infantil. Não havendo, pois, uma tradição para dar continuidade, aparecem algumas opções: traduzir obras estrangeiras, adaptar livros adultos para crianças, transformar material didático em literatura – já que o público infantil e o escolar neste caso coincidem – e, por fim, adaptar a tradição popular, de caráter oral. Vale ressaltar que essas opções também foram empregadas na Europa, onde as traduções foram menos frequentes, mas abundaram as adaptações, a ponto de algumas obras escritas originalmente ao público adulto ficarem conhecidas como literatura infantil, tais como *Robinson Crusóe* e *As viagens de Gulliver*, bem como recorreu-se a tradição oral e popular, caso das obras hoje conhecidas como contos de fadas.

Pioneiros em uma literatura especificamente infantil no Brasil foram Carl Jansen (1823 ou 1829-1889) e Figueiredo Pimentel (1869-1914). O primeiro nascido na Alemanha, jornalista e professor, traduziu clássicos da literatura universal, tais como, *Robinson Crusóe* em 1885, *As viagens de Gulliver* em 1888, *As Aventuras do celeberrimo Barão Munchhausen* publicada em 1891 e *D. Quixote de La Mancha* em 1886. Figueiredo Pimentel era brasileiro, também jornalista, publica em 1894 *Contos da Carochinha*, uma miscelânea de contos populares de caráter oral adaptados da tradição europeia, bem como da tradição brasileira. No mesmo período aparecem os primeiros

livros didáticos destinados à leitura, chamados de Seletas, Antologias ou Livros de Leitura. Autor destas cartilhas bastante difundido na época foi o poeta Olavo Bilac.

Marco da literatura infantil brasileira foi, sem dúvida, a obra de Monteiro Lobato. Durante décadas as obras de literatura infantil brasileira giraram em torno de seu estilo, bem como dos temas por ele propostos. Mesmo ao final dos anos 70, quando se dá o *boom* deste gênero no Brasil, com a publicação de textos de caráter original, alguns críticos como Lajolo, Zilberman e Perrotti tomam a obra lobatiana como marco e afirmam que a busca da literalidade de nossa literatura infantil, em oposição ao seu caráter utilitário e moralizante de até então, se davam justamente porque estes novos autores retomam a tradição inaugurada por Lobato (MORTATTI, 2008).

Lobato publica em 1921 *A Menina do Narizinho Arrebitado*, inicialmente destinado à leitura nas escolas. O sucesso da obra, no entanto, o faz reeditá-la para um público mais amplo sob um novo nome: *Reinações de Narizinho*. Sua última publicação inédita data de 1944, *Os Doze Trabalhos de Hércules*. Durante esse período sua produção literária destinada ao público infantil foi intensa. O sucesso editorial da obra lobatiana abriu um filão no mercado que possibilitou a difusão de um sem número de outros autores de literatura infantil, dentre eles, o mais conhecido foi Viriato Correia, cujo livro *Cazuza*, publicado em 1938, ainda hoje é reeditado.

Contemporaneamente a Lobato, alguns dos grandes nomes de nossa literatura destinaram parte de sua obra ao público infantil, caso de Graciliano Ramos e Érico Veríssimo. O primeiro já era autor de renome quando publica, em 1939, *A Terra dos Meninos Pelados*; o livro não gozou de muito prestígio quando de sua publicação, todavia, atualmente reconhece-se seu valor (ZILBERMAN, 2005). O escritor alagoano recorreu, também, à tradição oral e ao folclore com *Histórias de Alexandre*. Destacamos, por fim, *A Pequena História da República*, texto crítico sobre a história recente do país, escrita originalmente durante o Estado Novo; a obra foi sustada e republicada somente em 1950. Diferente de Graciliano Ramos, Érico Veríssimo era um escritor ainda pouco conhecido quando escreve seus textos destinados ao público infantil, entre eles, destacam-se: *Aventuras do Avião Vermelho* de 1936, *O Urso com Música na Barriga* em 1938 e, em 1939, aparece *A Vida do Elefante Basílio*.

Nas décadas seguintes pouco, ou nada de original, aparece no âmbito da literatura infantil (ZILBERMAN, 2005). O que se teve foi um sem número de “copiadores” da obra lobateana, de modo que, uma literatura brasileira original destinada ao público infantil só aparecerá em meados da década de 70, período do *boom*

editorial desse gênero. Não nos ocuparemos desse período, dada a massiva produção e o exíguo espaço desse texto. Gostaríamos apenas de citar alguns nomes de importantes autores cuja influência chega aos nossos dias: Ruth Rocha, Maria Clara Machado, Ziraldo, entre outros. De fato, desde então, a produção literária infantil só se fez aumentar, sobretudo por conta do mecenato do Estado que destina um grande número dessas obras às escolas.

Feito esse brevíssimo histórico, passemos agora a analisar aquilo que Mortatti chama de discurso *sobre* a literatura infantil, isto é, as análises e teorizações feitas por críticos, especialistas, pedagogos, enfim, toda sorte daqueles que se interessam e pensam sobre ela.

Marco na produção sobre literatura infantil brasileira foi o artigo de Lourenço Filho, *Como Aperfeiçoar a literatura infantil*, datado de 1943. Conforme Bertolotti (2007), este foi o texto inaugural das análises acerca da literatura infantil brasileira. Para Lourenço Filho, este ramo da literatura tem a mesma finalidade da arte, no entanto, dada sua especificidade, isto é, o público a qual se destina, a criança em formação, deve ter um tratamento especial. Assim, para o autor, a literatura infantil tem profunda ação educativa, a arte está, pois, condicionada pela educação. “O limite da liberdade criadora é, portanto, o agradável a serviço do útil” (MORTATTI, 2008, p. 46).

Em quase uma década o texto de Lourenço Filho foi o único referencial teórico destinado às análises de literatura infantil no Brasil. A década de 50 se inicia com duas publicações, de Cecília Meirelles e Fernando Azevedo, em 1951 e 52 respectivamente. Meirelles publica o primeiro livro brasileiro dedicado totalmente ao tema: *Problemas de literatura infantil*. Trata-se da compilação de três palestras proferidas pela poetisa em 1949 a um público de professores. Para ela, a literatura infantil tem caráter amplo, abrangendo o oral, o escrito, o teatro, a prosa e o verso. O que diferencia a literatura para adultos da literatura específica para crianças é, simplesmente, o gosto desta última, entretanto, ainda assim coexistem na literatura infantil, um aspecto propriamente estético, o gosto, e outro formativo. Já Fernando Azevedo aborda a questão sob uma perspectiva sociológica, como indica o título de seu artigo: *A literatura infantil numa perspectiva sociológica*. Azevedo se propõe a analisar a produção deste gênero literário a partir de sua expansão na primeira metade do século XX. Segundo ele, a produção de literatura e, em especial da literatura infantil, está condicionada pela sociedade. Desse modo, este ramo das letras é um produto atual das sociedades capitalistas, visto que a noção de infância, mais precisamente a ideia de criança, com fases e desenvolvimentos

próprios é recente, fruto da modernidade. Há em Azevedo, no entanto, uma aproximação com as teses de Cecília Meirelles, pois, para o autor, este gênero literário tem um aspecto formativo, bem como a noção de que a literatura infantil é literatura, consagrada pelas crianças que formam seu público leitor, como tal. O sociólogo ainda demonstra uma preocupação com a qualidade das publicações em sua época, devido ao aumento da produção; produção essa inevitável, pois, inerente a própria condição do público, flutuante, isto é, que se renova a curtos intervalos.

Leonardo Arroyo publica, quase vinte anos depois, obra que se tornaria referencial para os estudos em literatura infantil brasileira a partir de então (BERTOLETTI, 2007): *Literatura infantil brasileira – ensaio de preliminares para sua história e suas fontes*. Arroyo procura traçar um histórico da literatura infantil brasileira por meio de uma visão culturalista. Para tanto recorre, sobretudo, às análises de Lourenço Filho, ampliando-as. Segundo ele, há uma pré-história dessa literatura que nos remeteria ao final do século XIX, com o aparecimento de livros didáticos e escolares; marco de seu amadurecimento seria a obra de Monteiro Lobato. A ideia do caráter formativo permanece em Arroyo, pois há uma estreita ligação entre a literatura infantil, o ensino e a educação de uma maneira geral. Ela é, pois, em primeiro lugar, expressão artística, mas com uma função de educar e instruir, de modo que não podemos confundir literatura infantil com literatura escolar. O critério dado para diferenciá-las é o mesmo de Cecília Meirelles: o gosto do público, no caso a criança. Arroyo é o primeiro a mostrar o preconceito que havia nos estudos dessa área, demonstrado pela escassez de trabalhos, considerada menor pelos críticos.

Em 1984 aparece importante estudo de Marisa Lajolo e Regina Zilberman: *Literatura Infantil Brasileira: história & histórias*. Por meio de uma abordagem multidisciplinar que inclui teoria literária, história da literatura e da leitura e uma certa sociologia marxista, muito comum no período de abertura política dos anos oitenta. As autoras procuram traçar um panorama da literatura infantil brasileira desde o final do século XIX, defendendo a literalidade em contraposição ao caráter moralizante dos textos; mais uma vez Lobato é tomado como marco. Segundo elas, a literatura infantil no Brasil evolui através de ciclos ou períodos condicionados pelas manifestações e mudanças culturais ocorridas em território nacional, de modo que o gênero é fortemente influenciado por aquilo que a sociedade e a escola esperam dela, isto é, ela evolui devido a procedimentos externos e não internos ao gênero. Por fim, demonstram como o

adjetivo infantil contribui para uma crítica negativa dessa literatura, considerada inferior a literatura de uma maneira geral.

Os anos oitenta se mostram bastante fecundos na produção sobre literatura infantil no Brasil. Em 1986 aparecem dois importantes trabalhos, com Edmir Perrotti: *O texto sedutor da literatura infantil* e *O que é literatura infantil* de Lígia Cadermatori. Estes trabalhos, assim como os de Lajolo e Zilberman, têm forte influência da sociologia marxista do período.

Para Cadermatori (apud BERTOLETTI, 2007), a conceituação ou a noção de literatura infantil é condicionada por sua adjetivação, isto é, seu público depende dos adultos que, não só manipulam o gênero, como também a própria noção de infância, definindo e redefinindo a cada momento os comportamentos esperados da criança em função da formação do adulto. Segundo a autora, a literatura, bem como a literatura infantil, nos possibilitam fazer e criar novas experiências, sejam elas estéticas, éticas, políticas ou sociais. Desse modo, a literatura infantil seria capaz de constituir certa autonomia à criança, por conta dessa importante característica, ela não pode e não deve estar subordinada ao ensino e a escola, pois, a escola tem caráter conservador enquanto que a literatura é emancipatória.

Posição parecida é a de Perrotti (apud MORTATTI, 2008). Segundo ele, a partir dos anos setenta aparece um discurso estético, que deita raízes na obra lobateana, em detrimento de um discurso utilitarista e moralizante no âmbito da literatura infantil brasileira. O discurso utilitarista de até então é classista e se vale de razões externas à obra agindo, pois, sobre o leitor, ao passo que o discurso estético, pelo contrário, oferece ao leitor participação, pois se orienta de dentro do texto. No entanto, ainda assim é preciso unir esse discurso estético, isto é, a literalidade da obra, ao público ao qual ela é destinada: a criança em formação. Por fim, Perrotti argumenta que as dificuldades nas análises desse gênero literário se davam, sobretudo, porque não havia um referencial teórico que desse conta da especificidade da literatura infantil.

Passo importante dado nesse sentido foi: *Literatura Infantil: história – teoria – análise*, publicado em 1987 por Nelly Novaes Coelho. Coelho (apud BERTOLETTI, 2007) procura aliar a teoria literária e a psicologia experimental para dar conta das especificidades desse gênero. Para ela, a crítica literária não havia organizado um método eficaz para a análise da literatura infantil, considerando-a, assim, menor. O mesmo se dava com outros ramos do conhecimento que se propunham a analisá-la, pois, interessados na literatura infantil como veículo promotor de ideias e comportamentos,

deixando de lado sua literalidade. Propõe um método: a “gramática da literatura infantil”. Para a autora, a criança passa por diferentes estágios em sua formação, relacionados à idade cronológica. Necessário, pois, adequar o texto ao estágio da criança. A literatura infantil é, substancialmente, arte, possui, no entanto, a singular situação de ser destinada a esse público que está em formação, de modo que ela não pode ser, portanto, apenas gozo estético, mas formação e aprendizagem, pois está profundamente enraizada na época e no lugar.

Para finalizar gostaríamos de expor as teses de Maria Do Rosário Mortatti. Ao longo de quase trinta anos de pesquisas, Mortatti constitui um método, ou, em suas palavras, um conceito operativo, multidisciplinar, que opera procedimentos das mais diversas áreas das ciências humanas que vão da linguística à teoria da história, passando pela crítica literária, a antropologia, a sociologia e a pedagogia. Ao nosso ver, seu método é capaz de dar conta da complexidade da literatura infantil, pois, sobretudo, ele se constrói em função do objeto pesquisado e não ao contrário. Esse procedimento metodológico, a configuração textual, já é visível em sua conceituação de literatura infantil; vejamos:

Por literatura infantil e/ou juvenil entendo um conjunto de textos – escritos por adultos para serem lidos por crianças e/ou jovens – que constituem um *corpus*/gênero historicamente oscilante entre o literário e o didático e que foram paulatinamente sendo denominados como “literatura infantil e/ou juvenil”, em razão de certas características do *corpus* e certos funcionamentos sedimentadas historicamente, por meio, entre outros, da expansão de um mercado editorial específico e de certas instâncias normatizadoras, como, como a escola e a academia (MORTATTI, 2008, p. 49, grifo do autor).

Em seu *Leitura, literatura e escola*, publicado em 1989, ela analisa as relações entre a leitura e a escola a partir da formação do gosto. A instituição escolar tem papel preponderante na formação do gosto literário nas crianças que acaba por gerar e moldar o mercado editorial destinado a esse público. Desse modo, a escola gera o consumo de uma literatura trivial (BERTOLETTI, 2007), pois neutraliza o efeito estético da literatura em prol de uma função conservadora da mesma.

Os autores, livros e artigos que mencionamos até aqui constituem o que Mortatti chama de *corpus* básico do discurso sobre literatura infantil brasileira. Embora as publicações e análises sobre esse gênero venham aumentando gradualmente, a produção

sobre ele ainda é irrisória, conforme dados levantados por ela em 2003 no documento *Ensino de língua e literatura no Brasil*¹.

Para a autora, as análises de literatura infantil brasileira sempre oscilaram entre dois métodos de análise, um, a crítica literária, outro, a pedagogia e a metodologia de ensino. Essa oscilação entre esses dois campos do conhecimento trouxe alguns problemas, tais como: não reconhecimento da literatura infantil como objeto científico e acadêmico, identificação entre a menoridade do público e dessa como objeto científico menor, a escolarização de textos e obras de literatura infantil e, enfim, por conta de tudo isso, a ausência ou falta de métodos, procedimentos e análises específicas desse gênero como objeto científico. Desse modo, defende o desenvolvimento de um método capaz de aliar essas duas facetas da literatura infantil, como obra de arte e como campo de conhecimento. Esse gênero literário nasce, pois, da relação entre literatura sem, no entanto, desconsiderar seu adjetivo infantil que resulta de sua especificidade enquanto objeto de pesquisa e produção artística.

A literatura infantil brasileira tem, insistimos, uma unidade múltipla por dois motivos, pois pertence a um gênero textual, ao mesmo tempo literário e didático, como também, os termos literatura e infantil não se encontram em oposição, mas, complementam-se, embora haja uma hierarquização semântica: substancialmente literatura cuja qualificação é infantil. Ela é, portanto, simultaneamente literária e didática, isto é, os termos literatura e infantil são complementares, de modo que as pesquisas que procuram abordá-la por apenas uma de suas partes constitutivas não lograrão sucesso, pois, ela não pertence às letras ou à educação, mas a um campo próprio onde essas duas áreas devem convergir. Cabe ao pesquisador aliar, pois, métodos de análise advindos tanto da crítica literária como do campo da educação ou da pedagogia.

É necessário, portanto, a construção/definição (também pelo uso) de uma identidade específica desse tema de pesquisa/campo de conhecimento e seus respectivos objetos de investigação, o que demanda um ponto de vista interdisciplinar, por parte dos pesquisadores interessados [...] (MORTATTI, 2008, p. 50).

Desse modo, Mortatti (2008, p. 51) constrói o conceito de configuração textual que permite abordar de modo interdisciplinar a literatura infantil em suas especificidades, isto é, “sua unidade múltipla determinadamente constitutiva”. Por

¹ Cf. MORTATTI, M. R. L. Literatura infantil e/ou juvenil: a ‘prima pobre’ da pesquisa em Letras? *Guavira Letras*, Campo Grande, v. 6, p. 43-65, 2008. p. 48.

meio desse método de análise o pesquisador deve questionar o texto com as seguintes indagações, de modo a não subestimar ou superestimar um dos lados da duplicidade constitutiva da literatura infantil: quem escreve o quê e como, quando e onde, por quê e para quê e visando a qual leitor:

Com a expressão configuração textual nomeio o conjunto de aspectos constitutivos de determinado escrito e que conferem sua singularidade como texto: as opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturas formais (como?) projetadas por determinado autor (quem?), que se apresenta como sujeito de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?) movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?) e visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor previsto (para quem?); assim como a circulação, utilização e repercussão logradas pelo projeto do autor ao longo da história (de leitura) do texto (MORTATTI, 2008, p. 51).

Assim, a leitura crítica dos textos de literatura infantil por parte do pesquisador, que o interpreta, depende da integração desses aspectos constitutivos do texto de modo a reconhecê-lo e interrogá-lo como *configuração textual* extraindo dele uma leitura possível e autorizada, a partir de suas questões, problemas e perspectivas. Neste trabalho o pesquisador não ficará restrito a uma descrição de conjunto de textos, isto é, o *corpus* escolhido; não deverá, também, reduzir seu trabalho a análise isolada de determinados componentes da configuração textual, ou seja, restringir sua analítica ao contexto histórico ou a biografia do autor, ou ainda aos aspectos ideológicos de determinada obra.

Segundo Mortatti (2008), não se deve procurar as intenções escondidas da obra; não há nada a ser desvelado, os sentidos do texto devem esgotar-se nele mesmo, a partir de sua configuração textual, ponto de partida e chegada da pesquisa. O conceito, ou o método da configuração textual proposto por ela permite, portanto, ao pesquisador interrogar o texto de forma crítica e distanciada.

Referências

BERTOLETTI, E. N. A produção brasileira sobre literatura infantil e juvenil. In: ARAUJO, D. **Pesquisa em Educação: política, sociedade e tecnologia**. Campo Grande: UNIDERP, 2007. p. 79- 89.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, A. O escritor e o público. In: _____. **Literatura e sociedade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 83-99.

_____. **Iniciação a literatura brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

MORTATTI, M. R. L. Literatura infantil e/ou juvenil: a 'prima pobre' da pesquisa em Letras? **Guavira Letras**, Campo Grande, v. 6, p. 43-65, 2008.

ZILBERMAN, R. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.